

Riscos do "combate do ano" foram calculados

Nova Iorque — O Brasil e os bancos privados credores já se situaram em seus respectivos riscos para o que poderia ser o combate do ano: a reestruturação da dívida externa brasileira de 108 bilhões de dólares.

O Brasil, que no dia 20 de fevereiro suspendeu os pagamentos correspondentes a uma parcela de 67 bilhões de dólares de sua dívida, pediu na semana passada concessões quanto a taxas de juros, um condicionamento dos pagamentos do serviço da dívida ao crescimento econômico de 20 bilhões de dólares em novos empréstimos nos próximos cinco anos.

Os bancos admitiram oficialmente que a maioria de seus empréstimos ao Brasil seriam declarados em mora antes de que se levantasse a suspensão de pagamentos, um indício de que estavam dispostos a uma luta prolongada.

Embora a ação reduza seus benefícios do primeiro trimestre, de todas as maneiras se antecipa em geral um rendimento mediocre do setor bancário, após os resultados relativamente bons que mostraram muitos bancos no primeiro trimestre de 1986.

Os grandes bancos também aumentaram sua taxa básica de juros a 7,75 por cento. Este foi o primeiro aumento da taxa de juros desde meados de 1984 e alguns analistas disseram que em parte tinha por objetivo compensar riscos das carteiras do terceiro mundo.

Os funcionários brasileiros têm previsto reunir-se uma semana com os banqueiros norte-americanos a partir de sexta-feira, em Nova Iorque.

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, disse quinta-feira a legisladores norte-americanos que um de seus objetivos fundamentais era uma redução dos pagamentos do serviço da dívida de 12 bilhões de dólares a 10 bilhões anuais. Também reiterou a posição de seu governo de que o pagamento de juros devia limitar-se a 2,5 por cento do produto nacional bruto do Brasil, o que reduziria essa soma à metade da que se pagava.

Embora as demandas não sejam novas, as ações dos bancos antes das negociações indicaram que não era precisamente bem recebidas.

Os bancos já prepararam aos acionistas e funcionários governamentais para prolongadas negociações.

Reservas Especiais

Durante os últimos anos, a maior parte deles constituíram reservas especiais diminuindo seus benefícios para enfrentar a potenciais perdas em operações com o Terceiro Mundo.

Ademais, na semana passada, vários dos maiores prestadores ao Brasil reclassificaram os créditos afetados pela moratória para incluí-los na categoria dos que "não mereçam interesses". Como os empréstimos em geral são reclassificados quando os pagamentos de juro estão em mora mais de 90 dias, a medida assinalou a disposição dos bancos para manter árduas negociações.

Entretanto, os bancos esperam acertar com o Brasil algum tipo de reestruturação. Quase todos os que reclassificaram os empréstimos ao Brasil indicaram que se iniciavam as negociações e esperavam que os juros

suspensos fossem reembolsados posteriormente.

"Veremos uma reestruturação semelhante a de outros países", disse Manuel Lasaga, economista internacional do **Southwest Banking Corp.** de Miami.

Isto provavelmente significaria uma redução das taxas de juros semelhante à acertada com o México, como parte de um recente pacote de pedidos de resgate do Banco Mundial e seus prestamistas comerciais. Provavelmente, ao mesmo tempo os bancos insistirão na aplicação de programas de saneamento econômico, depois do fracasso do Plano Cruzado, que provocou um recrudescimento da inflação e um esfriamento da economia nacional.

Lasaga disse que o Brasil teria que freiar seu crescimento econômico com o objetivo de manter a inflação e sua balança de pagamentos em níveis controláveis. A economia brasileira cresceu 9 por cento no ano passado e os planos de Funaro prevêem um crescimento de 7 por cento anual até 1991.

"Creio que neste momento um crescimento econômico de 7 por cento não se pode manter a menos que o governo ponha em prática um conjunto mais amplo de medidas para fazer frente a problemas como o da inflação e o déficit fiscal e incentivar um aumento dos investimentos privados", disse Lasaga.

Capitalização

Tal programa provavelmente incluiria normas mais liberais para operações de capitalização que levem a remover os empréstimos ao Brasil dos livros dos bancos e por sua vez aumentar o fluxo de investimentos de capital disseram os analistas. Nessas operações, os bancos mudariam os fundos em questão para cruzados a ser investidos na economia brasileira ou adquiririam diretamente interesses em certas empresas brasileiras.

"Os bancos desejam ter possibilidade de participar na atividade econômica e o que querem evitar é que cada ano haja algum tipo de renegociação ou reprogramação", disse Brent Erensel, analista da firma de investimentos **Dean Witter Reynolds**.

As críticas a tais propostas abundam inquietam as nações devedoras os potenciais efeitos dessas mudanças sobre seu circulante e a possibilidade de ceder o controle de indústrias nacionais. Os bancos agem com cautela ante a possibilidade de mudar a dívida com descontos sobre o valor nominal.

O Banco de Montreal foi o primeiro que propôs um programa limitado de capitalização e seu presidente, William Mulholland, disse que recebeu respostas positivas de funcionários brasileiros. O plano não previa trocas com descontos e requiriria uma liberalização das normas brasileiras sobre investimentos estrangeiros.

"Isto realmente não seria incoerente com seu programa econômico", disse Lasaga. "Um programa de capitalização de dívida destinado a promover os investimentos em indústrias exportadoras e atrair tecnologias estrangeiras novas, em definitivo tornaria possível que o país alcançasse as metas de crescimento que procura", acrescentou.